



Senado Federal
Concurso Público

CONSULTOR LEGISLATIVO

Assessoramento Legislativo

Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)

Caderno Tipo 1 (Branco) – 06M1

**Direito Constitucional,
Administrativo, Eleitoral
e Processo Legislativo**



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá

ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere

- 110 apenas às condições econômicas e financeiras, mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo. (B) explicativo.
- (C) alternativo. (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

8

Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras... (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

9

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

10

Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

11

É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil? (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

12

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

13

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

14

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

15

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Conhecimentos Gerais**16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

17

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

18

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.

19

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

20

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

21

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

22

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

23

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

24

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

25

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

Direito Constitucional e Administrativo**26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

27

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.

28

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas-data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas-data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

29

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

30

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

31

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

32

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

33

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

34

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

35

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

Administração Pública**36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

37

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

38

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

39

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão Ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

40

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Raciocínio lógico**41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

42

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

43

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

44

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

45

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

46

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

João: Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

José: Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

Maria: Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

Rosa: Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

Língua Inglesa

Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

20 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the

25

30

obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.

48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

Conhecimentos Específicos

51

Sobre as entidades empresariais da Administração Pública indireta, analise as afirmativas abaixo, à luz do ordenamento jurídico brasileiro e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista deve ser autorizada por lei específica, caso a caso, nos termos do art. 37, inciso XIX, da Constituição da República.
- II. É dispensável a autorização legislativa específica para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa pública ou a sociedade de economia mista matriz, nos termos do art. 37, inciso XX, da Constituição da República.
- III. As empresas públicas, quando prestadoras de serviços públicos exclusivos, gozam de prerrogativas próprias das pessoas jurídicas de direito público, como a imunidade de impostos e a impenhorabilidade de bens.

Assinale

- (A) se as alternativas I, II e III estão corretas.
- (B) se apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (C) se apenas as alternativas I e III estão corretas.
- (D) se apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (E) se nenhuma alternativa está correta.

52

Quanto às agências reguladoras federais, assinale a afirmativa correta:

- (A) A nomeação e a exoneração de seus diretores dá-se por atos administrativos discricionários, praticados sucessivamente pelo Presidente da República e pelo Senado Federal.
- (B) A lei pode garantir aos diretores das agências reguladoras um mandato, sem prejuízo da sua exonerabilidade *ad nutum* pela Chefia do Poder Executivo.
- (C) As decisões das agências são terminativas na esfera administrativa, salvo quando haja previsão legal do cabimento de recurso hierárquico impróprio para o Ministério.
- (D) Os atos normativos editados pelas agências não têm força de lei, mas podem revogar leis anteriores incompatíveis com o seu conteúdo, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Os atos praticados pelas agências estão sujeitos a controle jurisdicional pleno, no que diz respeito à forma, motivo e conteúdo, independentemente do seu grau de vinculação à juridicidade.

53

Sobre o instituto da desapropriação, nas suas diferentes modalidades, analise as assertivas abaixo, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- I. A norma que prevê a imissão provisória na posse, ainda quando decretada pelo juiz, não foi recepcionada pela Constituição de 1988, por incompatível com o princípio da indenização prévia, justa e em dinheiro.
- II. A desapropriação para fins de reforma agrária não recai sobre a propriedade produtiva e sobre a pequena e a média propriedade, quando imóvel único do proprietário, assim definidas em lei.
- III. A expropriação confiscatória, prevista no art. 243 da Constituição da República, recai sobre a totalidade da gleba, ainda quando o cultivo ilegal de plantas psicotrópicas alcançar apenas parte dela.

Assinale

- (A) se as alternativas I, II e III estão corretas.
- (B) se somente as alternativas I e II estão corretas.
- (C) se somente as alternativas I e III estão corretas.
- (D) se somente as alternativas II e III estão corretas.
- (E) se nenhuma alternativa acima está correta.

54

Sobre o acesso a cargos, empregos e funções públicas, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) O exame psicotécnico é meio válido de seleção de candidatos a cargo público, bastando que haja previsão de tal exame no edital do concurso.
- (B) A aprovação em concurso público, dentro do número de cargos vagos fixado no edital, assegura ao candidato aprovado o direito subjetivo à nomeação.
- (C) O provimento de servidor público em cargo que integre outra carreira, com acentuada afinidade funcional com a sua anterior, prescinde da aprovação em concurso público.
- (D) O acesso a cargos públicos no Brasil é vedado aos estrangeiros por força de emenda à Constituição de 1988.
- (E) A nomeação para cargos de provimento em comissão não se sujeita a restrições, salvo aquelas decorrentes de idade e nacionalidade impostas pela Constituição da República.

55

De acordo com o art. 14, § 3º, VI, da Constituição Brasileira, a idade mínima exigida para ser Senador da República é de 35 anos. O preenchimento desta condição de elegibilidade deve ser aferido, nos termos da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), levando-se em conta a data

- (A) do registro de candidatura.
- (B) da eleição.
- (C) da proclamação dos eleitos.
- (D) da diplomação dos eleitos.
- (E) da posse.

56

Sobre o regime jurídico dos serviços públicos no Direito brasileiro, analise as assertivas abaixo:

- I. O serviço postal, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é um serviço público exclusivo de competência da União, insuscetível de ser explorado, em regime concorrencial, pela iniciativa privada.
- II. Os serviços de saúde e educação submetem-se ao regime jurídico de direito público, ainda quando prestados indiretamente, mediante delegação, por empresas privadas.
- III. A estipulação de novos benefícios tarifários pelo poder concedente fica condicionada à previsão, em lei, da origem dos recursos ou da simultânea revisão da estrutura tarifária do concessionário ou permissionário, de forma a preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Assinale

- (A) se as alternativas I, II e III estão corretas.
- (B) se somente as alternativas I e II estão corretas.
- (C) se somente as alternativas I e III estão corretas.
- (D) se somente as alternativas II e III estão corretas.
- (E) se nenhuma alternativa acima está correta.

57

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

- (A) a responsabilidade civil extracontratual do Estado por atos materialmente legislativos é objetiva, com base na teoria do risco administrativo, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição da República.
- (B) o agente público que, nessa qualidade, causar dano a terceiro, não responde diretamente perante a vítima, mas apenas, administrativa e civilmente, perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional for vinculado, em casos de dolo ou culpa.
- (C) o vocábulo terceiro, contido no art. 37, § 6º, da Constituição da República refere-se apenas à vítima que não seja servidor público nem usuário do serviço público.
- (D) o Estado responde de forma objetiva por danos causados por atos materialmente jurisdicionais, assegurado o exercício do direito de regresso contra o magistrado responsável, em casos de dolo ou culpa.
- (E) a culpa exclusiva ou concorrente da vítima pode gerar a exclusão do nexo causal entre o dano e a conduta estatal, dando ensejo à ausência de responsabilidade do Estado.

58

De acordo com a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999)

- (A) a competência para a edição de atos normativos pode ser objeto de delegação, desde que devidamente fundamentada.
- (B) a avocação de competência atribuída a órgão inferior tem caráter excepcional e temporário.
- (C) é cabível a aplicação retroativa de nova interpretação, em casos específicos, quando assim determinar o interesse público.
- (D) os atos administrativos eivados de ilegalidade não convalecem e, portanto, podem ser revistos a qualquer tempo.
- (E) a prévia consulta pública é condição obrigatória para a prática de determinados atos administrativos, por força do princípio democrático.

59

Assinale a alternativa correta:

- (A) São bens públicos os pertencentes a pessoas jurídicas de direito público e pessoas jurídicas de direito privado integrantes da estrutura da Administração Pública.
- (B) Os bens públicos de uso comum e os de uso especial são inalienáveis, enquanto mantiverem essa qualidade, na forma que a lei determinar.
- (C) Os bens públicos dominicais podem ser adquiridos por usucapião urbano ou rural, desde que presentes os seus respectivos pressupostos constitucionais.
- (D) Os bens das sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica em sentido estrito são impenhoráveis, quando afetados à realização da sua atividade-fim.
- (E) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos são penhoráveis e seus credores judiciais não recebem seus créditos por precatório.

60

Sobre o controle dos atos da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- (A) A interposição do recurso administrativo fora do prazo não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda quando ocorrida a preclusão administrativa.
- (B) A revisão, de ofício ou a pedido do interessado, de decisão que impõe sanção administrativa poderá resultar no abrandamento ou agravamento da pena.
- (C) Cabe ao Poder Legislativo sustar, no todo ou em parte, atos normativos regulamentares que lhe pareçam contrários ao interesse público.
- (D) O acesso ao controle jurisdicional dos atos administrativos pode ser condicionado, pela lei, ao esgotamento prévio das instâncias administrativas.
- (E) Os recursos administrativos, como regra geral, são dotados de efeito meramente devolutivo, salvo quando a lei preveja o efeito suspensivo ou a possibilidade de sua concessão.

61

Sobre as licitações e contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993, assinale a opção correta:

- (A) Os contratos administrativos devem ostentar a forma escrita, sob pena de nulidade, não se extraindo qualquer efeito válido dos pactos verbais celebrados por agentes públicos em nome da Administração.
- (B) A nulidade da licitação induz a do próprio contrato administrativo, não cabendo ao contratado de boa-fé qualquer ressarcimento pelos serviços já prestados.
- (C) A licitação tem por escopo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, vedado qualquer incentivo à promoção de objetivos ligados ao desenvolvimento nacional sustentável.
- (D) A garantia do equilíbrio econômico-financeiro, assegurada pelo art. 37, inciso XXI, da Constituição da República impede quaisquer alterações que imponham encargos adicionais ao contratado.
- (E) A exceção do contrato não cumprido poderá ser utilizada pelo contratado em caso de mora da Administração Pública superior a 90 (noventa) dias, caso não opte pela rescisão contratual.

62

Por tradição, os textos constitucionais conferem imunidade aos parlamentares, observando a importância desta prerrogativa como forma de garantir a estes maior independência em suas atuações. Assim, quanto à Constituição de 1988, **NÃO É CORRETO** afirmar que

- (A) a imunidade material somente protege o parlamentar, fora do recinto de sua Casa Legislativa, se as manifestações consideradas ofensivas tiverem conexão com o desempenho da função legislativa ou forem proferidas em razão desta.
- (B) a diplomação de Senador da República ou Deputado Federal, no curso de processo criminal, no qual já tenha sido proferida sentença condenatória por juiz de primeiro grau pendente de apelação, acarreta a imediata cessação da competência da Justiça local e o seu deslocamento para o Supremo Tribunal Federal.
- (C) o Supremo Tribunal Federal não tem competência para processar e julgar ação popular ajuizada em face de Senador da República ou Deputado Federal por ato praticado antes de sua diplomação.
- (D) o Supremo Tribunal Federal, ao receber denúncia contra Senador da República ou Deputado Federal, por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Casa respectiva que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá sustar o andamento da ação até a decisão final.
- (E) o Deputado Federal ou Senador da República que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, terá a perda de seu mandato declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

63

Ante o acentuado quadro de precariedade dos serviços médico-hospitalares do Município W, localizado no Estado-membro Z, o Presidente da República edita decreto com a seguinte redação:

“Art. 1º – É declarado estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde no Município W.

Art. 2º – Enquanto perdurar o estado de calamidade pública referido no art. 1º, ficam requisitados, pelo Ministro de Estado de Saúde, todos os bens, serviços e servidores afetos aos Hospitais administrados pelo Município W.

Parágrafo único – O Ministro de Estado da Saúde poderá requisitar todos os recursos financeiros afetos à gestão de serviços e ações que se fizerem necessários ao restabelecimento da normalidade dos atendimento.”

Considerado o teor do decreto, marque a alternativa correta:

- (A) A proteção à saúde é dever do Estado, sendo da competência comum da União, dos Estados-membros e Municípios cuidar da saúde e assistência pública. Portanto, é constitucional a requisição dos bens, pois eles estavam afetos ao mesmo tipo de serviço público a ser prestado pela União.
- (B) A manutenção do funcionamento das instituições políticas impede a decretação do estado de defesa, razão por que a requisição é constitucional, pois é medida temporária, menos gravosa, que visa ao retorno da prestação normal dos serviços médico-hospitalares no Município W.
- (C) A requisição de bens públicos é inconstitucional, pois, em situação de normalidade institucional, o decreto que a prevê somente poderia ser editado mediante prévia autorização do Senado Federal.
- (D) A requisição de bens públicos é inconstitucional, pois exigiria previsão em decreto que instaura o estado de defesa.
- (E) A requisição é inconstitucional, porque seria necessária a anterior intervenção federal no Município W.

64

A Lei Complementar 70/91 concedeu isenção do recolhimento da Cofins para as sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada. Posteriormente, a Lei Ordinária nº 9.430/96 revogou essa isenção. À luz do entendimento do STF, a revogação da isenção

- (A) é constitucional porque a Lei Complementar, nessa parte, versa matéria de lei ordinária e pode ser revogada por lei ordinária.
- (B) é constitucional porque a isenção concedida violava o princípio da isonomia.
- (C) é inconstitucional porque a matéria em questão é reservada à lei complementar.
- (D) é inconstitucional porque a Lei Complementar não pode ser revogada por lei ordinária.
- (E) é insuscetível de exame pelo STF, porque a matéria não é de natureza constitucional.

65

O Tribunal de Contas da União apresenta projeto de lei, encaminhado ao Congresso Nacional, a fim de que seja promovida alteração de sua lei orgânica para criar nova hipótese de cabimento de recurso de revisão a ser recebido “sem efeito suspensivo”. Na Câmara dos Deputados, o projeto sofre emenda para que o recurso de revisão, na nova hipótese de cabimento, seja recebido “com efeito suspensivo”. Remetido o projeto, com a alteração introduzida, ao Senado Federal, é solicitado parecer sobre a sua constitucionalidade. Por ocasião da consulta sobre o projeto, com a alteração introduzida, assinale a alternativa correta

- (A) O projeto, com a alteração introduzida, é inconstitucional, porque o Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo, sendo reservada ao Congresso Nacional a iniciativa de lei que cuide de sua organização e seu regimento interno.
- (B) O projeto, com a alteração introduzida, é inconstitucional, porque a iniciativa de lei sobre processo administrativo federal é reservada ao Presidente da República.
- (C) O projeto, com a alteração introduzida, é inconstitucional, pois o Congresso Nacional somente poderia aprová-lo ou rejeitá-lo, sendo-lhe vedado promover alterações.
- (D) O projeto, com a alteração introduzida, é inconstitucional, pois o Congresso Nacional não poderia promover alterações que aumentem despesas públicas ou não guardem relação de pertinência temática com a proposta original.
- (E) O projeto, com a alteração introduzida, é constitucional, pois o poder de promoção de emendas que alterem a redação original, sem o aumento de despesas, insere-se no poder maior que o Legislativo detém de rejeitá-lo integralmente.

66

Em relação à propaganda política, é correto afirmar que

- (A) a realização de publicidade eleitoral no âmbito das Casas Legislativas é confiada ao disciplinamento das respectivas Mesas Diretoras.
- (B) a propaganda partidária no rádio e na televisão pode ser paga ou gratuita, vedada a participação de pessoa filiada a partido que não o responsável pelo programa.
- (C) desde que realizada após 5 de julho do ano eleitoral, admite-se a propaganda eleitoral mediante cavaletes, caminhas, comícios, *outdoors*, distribuição de impressos e pela internet.
- (D) é vedada propaganda intrapartidária, bem como a realização de prévias antes de 5 de julho do ano eleitoral, o que caracteriza propaganda extemporânea.
- (E) admite-se a propaganda eleitoral mediante entrega de brindes, como bonés, camisas e canetas, desde que a prática não ocorra no dia da eleição.

67

“Através das múltiplas transformações por que passou, a noção de Constituição conservou um núcleo permanente: a ideia de um princípio supremo determinando a ordem estatal inteira e a essência da comunidade constituída por essa ordem. Como quer que se defina a Constituição, ela é sempre o fundamento do Estado, a base da ordem jurídica que se quer apreender.” (Hans Kelsen. *Jurisdição constitucional*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 130).

Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta

- (A) Os legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e de ação declaratória de constitucionalidade são os mesmos, porém a ação declaratória de constitucionalidade somente poderá ter por objeto lei ou ato normativo federal.
- (B) O Advogado Geral da União deverá ser obrigatoriamente ouvido, em ação direta de inconstitucionalidade por comissão ou omissão, para defesa do ato normativo ou inércia alegada, ainda que sua origem seja estadual.
- (C) A parte autora, em ação direta de inconstitucionalidade, por comissão ou omissão, e em ação declaratória de constitucionalidade, poderá requerer desistência da ação se não houver manifestação contrária a esse requerimento em parecer da Procuradoria Geral da República.
- (D) O Ministro relator de ação direta de inconstitucionalidade, por comissão ou omissão, e de ação declaratória de constitucionalidade somente poderá, liminarmente, indeferir petição inicial inepta ou não fundamentada, sendo reservado, ao Plenário do Supremo Tribunal Federal, a manifestação quanto à procedência, ou não, do pedido.
- (E) A declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, tem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

68

Em obediência ao artigo 59, parágrafo único, da Constituição, o Congresso Nacional editou a Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. A propósito da boa técnica legislativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei pode conter matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão, desde que se destaque esse fato no momento da deliberação.
- (B) A cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” deve estar reservada às leis de pequena repercussão.
- (C) A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a exclusão da data de publicação.
- (D) Nos projetos de lei de consolidação das leis, é vedado proceder-se à renumeração dos artigos consolidados.
- (E) Todas as normas constantes na Lei Complementar nº 95/1998 servem de parâmetro de controle de constitucionalidade, consoante entendimento do STF.

69

Em relação ao processo de controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A confederação sindical, a entidade de classe de âmbito nacional, as Mesas das Assembleias Legislativas e os Governadores de Estado somente poderão propor ação direta de inconstitucionalidade se existente pertinência temática entre seus objetivos ou finalidades institucionais e o objeto da ação.
- (B) Poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, a entidade de classe de âmbito nacional a que estejam diretamente filiados os membros da respectiva categoria social ou que reúna as entidades que os congreguem, com a mesma finalidade, em âmbito territorial mais restrito.
- (C) O Prefeito Municipal poderá ajuizar arguição de descumprimento de preceito fundamental que tenha por objeto lei do respectivo Município.
- (D) O Estado-membro não pode interpor recursos e intervir, como assistente processual, em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo seu Governador.
- (E) O Partido Político somente poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade se tiver representação parlamentar em qualquer das casas que compõem o Congresso Nacional.

70

“Essa ‘legalização’ da cultura popular é simultaneamente causa e consequência de nossa crescente tendência de olhar o direito como expressão e portador dos poucos valores que são amplamente compartilhados na nossa sociedade: liberdade, igualdade e o ideal de justiça de acordo com o direito.” (Mary Ann Glendon. Rights talk: the impoverishment of political discourse. Tradução livre. New York: The Free Press, 1991, p. 3)

Em relação aos direitos fundamentais, analise as seguintes proposições.

- I. Os direitos fundamentais aplicam-se de forma direta nas relações jurídico-privadas sempre que constatada, entre os sujeitos, assimetria nas condições econômicas, técnicas e fáticas para fruição da autonomia.
- II. A disciplina infraconstitucional, dada aos direitos sociais, não poderá ser derogada se a legislação superveniente, direta ou indiretamente, impuser condições mais gravosas ao exercício deles.
- III. A ausência de atos administrativos e diplomas legais relacionados à promoção dos direitos sociais, previstos no art. 6º, da Constituição da República de 1988, não impede que o Poder Judiciário determine a adoção das medidas necessárias para a fruição máxima desses direitos, em igual medida, por todos os seus titulares, em função da proibição à proteção insuficiente.
- IV. O direito à igualdade não se limita, em seu plano teórico, à vedação de discriminações injustificadas, mas também abrange a adoção de medidas para redistribuição de bens e para reconhecimento de minorias discriminadas.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I é correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II são corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- (D) se apenas a afirmativa IV é correta.
- (E) se apenas as afirmativas I, II e III são corretas.

71

"A liberdade de expressão permite que pessoas comuns participem livremente na difusão de ideias e na criação de sentidos que, por sua vez, ajudam-nas a se constituírem como pessoas. Uma cultura democrática assim o é na medida em que todos – não apenas as elites políticas, econômicas e culturais – têm uma justa oportunidade na produção de cultura, e no desenvolvimento de ideias e sentidos. As pessoas têm algo a dizer no desenvolvimento dessas ideias e significados, porque elas são capazes de participar na criação, desenvolvimento e difusão deles." (Jack M. Balkin. Digital speech and democratic culture: a theory of freedom of expression for the information society". Tradução livre. In New York University Law Review, vol. 79, n. 1, 2004, p. 3-4).

Considerando-se a interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal à liberdade de expressão, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A liberdade de expressão envolve o direito à manifestação de pensamento e opiniões, suscetíveis a restrições embasadas em normas constitucionais, como as relacionadas à proibição do discurso de ódio e de ofensa a grupos étnicos, religiosos ou de descendência ou origem nacional comum.
- (B) A proibição de divulgação, abusiva ou não, de opinião favorável ou contrária a candidato, partido ou coligação em noticiário de emissora de rádio e televisão, quando autorizada a propaganda eleitoral, não viola a liberdade de expressão, por tratar-se de norma resultante da ponderação favorável à manutenção do equilíbrio de oportunidades entre os candidatos a cargos eletivos.
- (C) A liberdade de expressão e o direito à informação se sobrepõem à inviolabilidade da intimidade na hipótese de publicação de notícia, na qual se informa nome de servidor público, investigado em processo administrativo disciplinar instaurado para apurar mau uso de bens públicos.
- (D) A liberdade de expressão é princípio a ser ponderado para aferir se a prática de condutas obscenas, apresentadas como forma de protesto ou crítica, podem ser punidas por suposta ofensa ao pudor público, considerando o local, o horário e as circunstâncias em que foram realizadas.
- (E) A liberdade de expressão e o direito de reunião são fundamentos para a permissão de manifestações e debates públicos para apoio à proposta de descriminalização de determinada conduta tipificada.

72

“O que seja questão política é algo que ainda não se obteve a definição, e por isso se tem observado que incluir uma questão nessa categoria, ou não incluí-la, é algo que decide um tribunal, porém, construída aproximadamente a tipologia de casos que judicialmente foram rotulados como questão política, é possível enumerá-los e até prever para o futuro se tal questão será eximida de revisão sob o fundamento de ser política.” (German J. Bidart Campos. *La interpretación y el control constitucionales en la jurisdicción constitucional*. Buenos Aires: EDIAR, 1987, p. 160)

Em relação ao controle de constitucionalidade e à separação de poderes, assinale a alternativa correta.

- (A) O veto presidencial a projeto de lei – fundamentado em sua contrariedade à Constituição –, pendente de apreciação pelo Poder Legislativo, pode ser objeto de controle de constitucionalidade deflagrado pela propositura de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) A sanção do Presidente da República convalida inconstitucionalidade formal constatada em projeto de lei proposto por Parlamentar, cujo objeto era de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo Federal.
- (C) A ação direta de inconstitucionalidade somente poderá ser proposta para declarar a inconstitucionalidade de lei dotada de generalidade e abstração.
- (D) O Senado Federal tem discricionariedade para suspender os dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso.
- (E) O Senado Federal, ao suspender, no todo ou em parte, a execução de dispositivos de lei declarados inconstitucionais, não pode revogar dispositivo cuja inconstitucionalidade não tenha sido declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

73

À luz da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral sobre o instituto da fidelidade partidária, consagrado no art. 17, § 1º, da constituição da república, é correto afirmar que

- (A) cabe ao Tribunal Regional Eleitoral julgar pedido de perda de mandato de Governador, Senador, Deputado Federal ou Deputado Estadual que deixe, sem justa causa, o partido pelo qual se elegeu.
- (B) havendo anuência do próprio partido político quanto à existência de fatos que justifiquem a desfiliação partidária, a Justiça Eleitoral deve declarar a existência de justa causa.
- (C) como se trata de matéria *interna corporis*, não se reconhece legitimação ativa ao Ministério Público Eleitoral para ingressar com ação visando à perda de mandato por infidelidade partidária.
- (D) consideram-se justa causa para a desfiliação partidária: a grave discriminação pessoal, o desvio reiterado do programa partidário e a criação de novo partido, não abrangida, porém, a incorporação do partido.
- (E) consumada a desfiliação partidária injustificada, o partido interessado poderá requerer a perda do cargo, perante a Justiça Eleitoral, a qualquer tempo, até o fim do mandato eletivo.

74

Considerado o regime jurídico próprio dos partidos políticos no Brasil, é correto afirmar que

- A) o requerimento do registro de novo partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de uma das Capitais de Estado ou da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 101.
- B) é vedado ao partido político subordinar-se a entidades ou a governos estrangeiros, bem como ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza, admitida, apenas, a adoção de uniforme para seus membros.
- C) pode participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e que, até a data da convenção para escolha dos candidatos, obtenha registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral.
- D) o partido político é proibido de receber doação, sob qualquer forma ou pretexto, de entidade de classe ou sindical, de empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, de sociedades de economia mista e de fundações instituídas em virtude de lei.
- E) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público destinadas a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição da República.

75

De acordo com o Código Eleitoral, a Lei das Inelegibilidades (LC nº 64/90) e a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), constitui Crime Eleitoral

- A) o oferecimento de dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter voto e para conseguir ou prometer abstenção, se a oferta for aceita por eleitor regularmente inscrito na respectiva circunscrição eleitoral.
- B) a impugnação de registro de candidato por desvio ou abuso do poder de autoridade, se julgada improcedente em decisão transitada em julgado proferida pela unanimidade dos juízes integrantes de Tribunal Regional Eleitoral.
- C) o uso, em propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista.
- D) a propaganda de “boca de urna”, inclusive a manifestação silenciosa da preferência individual do eleitor por candidato ou partido político, mediante o uso de bandeiras, broches e adesivos.
- E) a divulgação de pesquisa de opinião pública, sem o registro prévio das informações legalmente exigidas junto à Justiça Eleitoral, relativa às eleições ou aos candidatos.

76

Assim como outros países do mundo, o Brasil adota o sistema do bicameralismo, ou seja, o poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A propósito do processo legislativo, assinale a alternativa **CORRETA**

- (A) Se a Casa revisora proceder a qualquer alteração no projeto de lei, ainda que seja meramente redacional, deverá encaminhá-lo de volta à Casa iniciadora para nova deliberação, consoante entendimento do STF.
- (B) No Brasil, se houver divergência entre a Câmara e o Senado sobre determinado projeto de lei, prevalece a vontade da Casa Iniciadora, consoante entendimento já chancelado pelo Plenário do STF.
- (C) As medidas provisórias têm a votação iniciada no Senado Federal, mas devem passar por Comissão Mista de Deputados e Senadores antes da apreciação pelo Plenário.
- (D) A Constituição fixa o prazo de 30 dias para que os vetos sejam apreciados, mas não prevê mecanismo para que esse prazo seja observado.
- (E) No âmbito do Senado, prevalece o entendimento de que, em sessão extraordinária, é possível discutir e votar qualquer projeto, ainda que a pauta esteja trancada por projeto com requerimento de urgência do Presidente da República, entendimento que foi endossado pelo Plenário do STF.

77

Em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal para apurar supostas irregularidades na construção, pelo governo federal, de usina hidrelétrica em determinada região do país, após a oitiva de várias testemunhas, deliberou-se pela adoção das seguintes medidas, com a justificativa, devidamente consignada na ata da reunião para tanto realizada, de serem imprescindíveis para o avanço das investigações:

- I. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do Presidente da Comissão de Licitação do Órgão encarregado pela contratação das construtoras responsáveis pela obras, bem como de diversos integrantes da diretoria dessas empresas, solicitando-se, ainda, em caráter sigiloso, a interceptação das ligações telefônicas feitas a partir dos números de celulares pertencentes aos aludidos investigados.
- II. Encaminhamento de ofício à Polícia Federal determinado que procedesse à busca e apreensão de documentos e computadores na sede das construtoras contratadas para a realização das obras sob investigação.
- III. Proibição de que advogados de testemunhas e indiciados interfiram, em qualquer circunstância, nos depoimentos ainda a serem prestados por seus clientes à Comissão, embora possam assistir às inquirições.

Que medidas da CPI poderiam, com razoável chance de sucesso, ser impugnadas judicialmente por quem se sentisse por elas afetado?. Assinale

- (A) se apenas a afirmativa II está correta.
- (B) se apenas a afirmativa III está correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) se todas as afirmativas estão corretas.

78

Os Líderes desempenham um importante papel na racionalização dos trabalhos do Poder Legislativo. Do ponto de vista prático, seria inviável que todos os parlamentares fossem, por exemplo, chamados a definir a pauta legislativa. A propósito dos líderes, assinale a alternativa correta.

- (A) O Regimento Interno do Senado não mais prevê o chamado voto de liderança, que conferia ao líder o poder de representar a bancada nas votações mesmo contra a vontade dos liderados.
- (B) Os líderes carecem do poder de abreviar os debates nas Comissões e remeter o tema mais rapidamente ao Plenário, por meio do requerimento de urgência.
- (C) O Senado Federal conta com a figura formal do Colégio de Líderes, diferentemente da Câmara dos Deputados.
- (D) Os líderes não podem deixar de indicar membros para compor determinada Comissão Parlamentar de Inquérito. Caso fiquem inertes, a escolha caberá ao Presidente do Senado.
- (E) Os líderes devem indicar os representantes das respectivas agremiações para compor as comissões, mas apenas a Mesa Diretora deve refletir, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos das respectivas Casas.

79

No tocante ao procedimento de punição dos Senadores que incidiram em vedações constitucionais ou praticaram atos contrários à ética e ao decoro parlamentar, nos termos estabelecidos pelo Código de Ética do Senado, é correto afirmar que

- (A) a censura escrita, nos casos em que cabível, poderá ser aplicada, após o competente procedimento administrativo, pelos Presidentes do Senado, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, independentemente de manifestação da Mesa Diretora do Senado, quando não couber penalidade mais grave.
- (B) cabe à própria Mesa Diretora do Senado declarar a perda de mandato do Senador que faltar, sem motivo justificado, a dez sessões ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária, assegurada a ampla defesa.
- (C) o procedimento punitivo perde imediatamente o objeto se o Senador, no curso daquele, renunciar ao mandato parlamentar.
- (D) caso o Conselho de Ética entenda que a denúncia por ele recebida contra determinado Senador é fundada em indícios bastantes que, se comprovados, justificariam a perda do mandato, encaminhará representação diretamente ao Plenário, que decidirá sobre a cassação, por voto secreto e maioria absoluta, assegurada a ampla defesa.
- (E) o Presidente do Conselho de Ética não poderá arquivar, de plano, sem uma apuração prévia, as denúncias oferecidas contra Senadores, ainda que estas não identifiquem o acusado e nem os fatos que lhe são imputados.

80

Projetos de Lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional (art. 166, da CF).

Estabelece a Resolução CN nº 01/2002 que, com relação às medidas provisórias, caberá à Comissão Mista examinar, além da sua constitucionalidade, a sua compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, o que *“abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”* (art. 5º, § 1º da Resolução CN nº 01/2002).

Tendo em vista as disposições acima, é correto afirmar que

- I. o exame sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais compete à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da CF.
- II. o exame de toda e qualquer medida provisória compete à Comissão Mista da Resolução CN nº 01/2002.
- III. a Medida Provisória que trata sobre crédito extraordinário à lei orçamentária anual será examinada pela Comissão Mista prevista no art. 166, § 1º, da CF.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I for verdadeira
- (B) se apenas a afirmativa II for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

Atenção! Você está recebendo um caderno de provas de **Direito Constitucional, Administrativo, Eleitoral e Processo Legislativo do Tipo 1 (Branco – 06M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
 - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
 - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
 - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
 - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
 - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
 - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
 - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido:**
 - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
 - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
 - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
 - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
 - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.